



Revista Brasileira de Enfermagem

ISSN: 0034-7167

reben@abennacional.org.br

Associação Brasileira de Enfermagem

Brasil

Silva dos Santos, Lana Ermelina da; Graças Carvalho Ferriani, Maria das
A violência familiar no mundo da criança de creche e pré-escola
Revista Brasileira de Enfermagem, vol. 60, núm. 5, outubro, 2007, pp. 524-529
Associação Brasileira de Enfermagem
Brasília, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=267019610008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A violência familiar no mundo da criança de creche e pré-escola

Family violence in the perspective of the child who goes to day care center and pre-school

La violencia familiar bajo la visión del niño que va a los jardines infantiles y pre-escuela

Lana Ermelina da Silva dos Santos

Doutora em Enfermagem. Professora Adjunto do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Alfenas, MG.

Maria das Graças Carvalho Ferriani

Doutora em Enfermagem. Professora Titular da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP. Orientadora/Supervisora do Pós-Doutorado.

Estudo realizado no Pós-Doutorado em Enfermagem realizado na Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - EERP - USP, no Programa de Qualificação Institucional - PQI da CAPES/MEC

RESUMO

A presente pesquisa utiliza o estudo descritivo e transversal e também a análise de conteúdo para conhecer a violência familiar em crianças de creches e pré-escolas. A população e os sujeitos são constituídos de educadores infantis, professores e monitores. Verificam-se nos resultados a presença da violência doméstica, praticada principalmente pela mãe, a criança agressiva está presente no ambiente das escolas como uma forma de reprodução de comportamento e também da negligéncia com relação aos cuidados e a atenção à criança no cotidiano. Esses comportamentos podem gerar outras formas de violência, mantendo a criança sempre em ambientes de risco durante várias fases da vida.

Descriptores: Creche; Cuidado da criança; Violência doméstica.

ABSTRACT

The present research uses the descriptive and traversal study and also the content analysis to know the family violence in children of day care center and pre-schools. The population and the subjects are constituted of infantile educators, teachers and monitors. It is verified in the results the presence of the domestic violence, practiced mainly by the mother, the aggressive child is present in the atmosphere of the schools as a form of reproduction of behavior and also, the negligence regarding the cares and the attention to the child in the daily. These behaviors can generate other violence forms, maintaining the child always in risk atmospheres during several phases of the life.

Descriptors: Child day care center; Child care; Domestic violence.

RESUMEN

La presente investigación utiliza el estudio descriptivo y también la análisis del contenido para conocer la violencia familiar en niños de jardines infantiles y Pre-escuela. La población y los sujetos son constituidos de educadores infantiles, profesores y monitores. Verificase en los resultados la presencia de la violencia doméstica, practicada principalmente por la madre, el niño agresivo está presente en el ambiente de las escuelas como una forma de reproducción de comportamiento y también, la negligencia con relación a los cuidados y la atención al niño en el cotidiano. Estos comportamientos pueden generar otras formas de violencia, manteniendo el niño siempre en ambientes de riesgo durante varias fases de la vida.

Descriptores: Jardines infantiles; Cuidado del niño; Violencia doméstica.

Santos LES, Ferriani MGC. A violência familiar no mundo da criança de creche e pré-escola. Rev Bras Enferm 2007 set-out; 60(5): 524-9.

1. INTRODUÇÃO

A violência é um problema social e histórico, tem raízes macroestruturais, é um fenômeno que possui formas de expressão conjunturais e atualiza-se no cotidiano das relações inter-pessoais, sendo uma questão essencialmente social. Está diluída na sociedade, é polimorfa, multifacetada e apresenta diversas manifestações, que interligam-se, interagem, realimentam-se e se fortalecem. Portanto qualquer reflexão teórico-metodológica sobre violência pressupõe o reconhecimento de sua complexidade, polissemia e controvérsia^(1,2).

Esse evento é explicado em grande parte dos artigos científicos, para além da mecânica de eventos, buscando abranger também a ordem macroestrutural que estaria por trás da ocorrência dos maus-tratos. Essa ordem pode ser traduzida por aspectos sociais, econômicos e culturais, como a desigualdade, a dominação de gênero e de gerações⁽³⁾.

Uma freqüente forma de violência contra a criança é a intra-familiar, que expressa dinâmicas de poder e afeto, nas quais estão presentes relações de subordinação e dominação. Nessas relações (homem e

mulher, pais e filhos) as pessoas estão em posições opostas, desempenhando papéis rígidos e criando uma dinâmica própria, diferente em cada grupo familiar⁽⁴⁾.

A gravidade da violência familiar é incontestável. É um evento de grande complexidade, contraditório, apresenta uma diversidade de formas e múltiplas consequências. Quanto aos riscos de crianças expostas à violência doméstica, tem-se observado que estas tendem a ser mais agressivos, apresentam alterações de conduta nas escolas e na comunidade, apresentam também problemas de saúde mental como depressão e ansiedade, fobias, insônia e baixa auto-estima⁽⁵⁾.

Não se pode culpar apenas as famílias, pois a omissão do poder público em relação à garantia de uma boa qualidade de vida para as populações menos favorecidas contribui muito para a ocorrência da violência. A comunidade em que se insere a criança tem a responsabilidade de lhe garantir que seus direitos sejam respeitados. Sendo assim, é de suma importância o esclarecimento da população em geral sobre a legislação de proteção à infância, sobretudo da Lei n. 8.069 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente⁽⁶⁾. Cabe lembrar que não basta que as crianças tenham seus direitos assegurados por lei; é preciso que essas leis sejam efetivadas na prática.

Deve-se estar atento também para o fato de que a violência contra a criança só começará a diminuir, quando a criança for vista, respeitada e tratada como ser humano, sujeito de sua história de vida, sendo-lhe dada a capacidade de pensar, agir e reagir ante as adversidades do meio em que vive. Somente a partir desse momento será verdadeiramente respeitada⁽⁶⁾.

Outro ponto importante é o apoio às medidas preventivas. Programas de prevenção direcionados a crianças pequenas podem atenuar fatores que, de outro modo, conduziram ao aumento do risco de comportamento violento e disfunção na infância e após esta fase da vida.

Face às abordagens, este estudo tem por objetivo conhecer a violência familiar em crianças de creches e pré-escolas, por serem instituições de educação infantil, que congregam um grande número de crianças numa faixa etária de grande dependência dos adultos e em situação muito vulnerável.

Após a coleta foram realizadas a tabulação e a análise dos dados quantitativos, sendo aplicado o Teste de χ^2 (qui-quadrado) com nível de significância de 5% ($p = 0,95$).

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada num município do Sul de Minas Gerais, junto à seis creches, sendo quatro públicas municipais e duas filantrópicas, que atendem a uma população com iguais características.

O estudo foi elaborado por meio de duas abordagens: quantitativa e qualitativa.

Cabe lembrar que este é um estudo sobre a violência em crianças de creches e pré-escolas. Como as creches estudadas não têm registros destes dados, optou-se por entrevistas com educadores infantis, que estavam em concordância em fazer parte do estudo, para obtenção de dados primários e verificar como o fenômeno da violência familiar acontece com crianças de creches e pré-escolas.

Para a seleção das variáveis de estudo, a autora baseou-se em levantamento bibliográfico e em sua experiência desenvolvida junto a creches relacionadas à saúde da criança. A fim de atender aos objetivos da pesquisa, foram estudadas as seguintes variáveis: escolaridade do educador infantil, relação do monitor com a família, conhecimento sobre violência doméstica.

É um estudo descritivo e transversal; para a coleta de dados foi utilizado formulário elaborado com questões estruturadas e semi-estruturadas, testadas previamente tendo como referência as variáveis selecionadas.

Outra forma de coleta de dados foi a utilização da observação não-participante.

A coleta de dados primários foi realizada pela pesquisadora, por meio de

entrevistas e observação não participante, utilizando um roteiro para obter dados de forma sistematizada, nos meses de dezembro de 2004 a fevereiro de 2005. As entrevistas foram feitas com professores e monitores das creches e pré-escolas, sendo apresentado o termo de consentimento livre e esclarecido antes do início da entrevista, conforme preconiza a legislação e a ética em pesquisa.

As abordagens qualitativa e quantitativa se complementam, mesmo sendo distintas e levam ao melhor entendimento do fenômeno estudado; neste sentido estabelecem uma interação para melhor delinear a violência nas creches e pré-escolas.

Quando se pensou em melhor compreender o fenômeno estudado, com a utilização da abordagem qualitativa, optou-se pela pesquisa estratégica, pois, esta favorece o desvendar da realidade e mostra-se bastante adequada para alcançar os objetivos propostos.

A pesquisa social foi classificada em cinco modalidades, sendo que a pesquisa estratégica utiliza instrumentos da pesquisa básica e:

"Baseia-se nas teorias das ciências sociais, mas orienta-se para problemas que surgem na sociedade, ainda que não preveja soluções práticas para esses problemas. Ela tem a finalidade de lançar luz sobre determinados aspectos da realidade. Seus instrumentos são a pesquisa básica tanto em termos teóricos como metodológicos; sua finalidade é a ação. Essa modalidade seria a mais apropriada para o conhecimento e avaliação de políticas e, segundo nosso ponto de vista, particularmente adequada para as investigações sobre saúde^(7,8).

Para a coleta de dados, na abordagem qualitativa, foi utilizada a entrevista que é compreendida como um dos principais meios de coleta de dados. Optou-se por utilizar a semi-estruturada por ser aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados por teorias e hipóteses relacionadas à pesquisa e que seqüencialmente oferecem amplo campo de interrogação, fruto de novas hipóteses que vão emergindo à medida que se reconhecem as respostas do entrevistado⁽⁹⁾.

A entrevista, assim como, todo o estudo seguiu os rigores das Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa em Seres Humanos, Resolução CNS 196/96⁽¹⁰⁾.

Para a caracterização das respostas obtidas nas entrevistas, optou-se por utilizar letras para as entrevistas, conforme apresentação: P = Professor e M = monitor.

Para melhor compreensão do fenômeno, o método utilizado foi a análise de conteúdo que consiste em um conjunto de técnicas de análise que visa obter por procedimentos, sistemáticos e objetivos do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens. Nesse contexto, fez-se a análise temática com o recorte do conjunto das entrevistas por meio de categorias projetadas sobre os conteúdos⁽¹¹⁾.

Na análise dos resultados qualitativos, visando à melhor organização e exploração dos resultados obtidos com as entrevistas, optou-se por seguir as etapas as seguintes etapas^(11,12):

Pré-análise – é a sistematização das idéias iniciais ou a elaboração de um plano de análise, que se inicia com a organização das entrevistas.

A trajetória consistiu inicialmente na transcrição das fitas que são as entrevistas individuais. A seguir, fez-se a leitura exaustiva, para assim não se deixar de abordar todos os aspectos contidos nas falas. Dessa forma, permitiu-se o conhecimento e a análise dos discursos obtidos nas entrevistas que, gradativamente, foram ganhando maior precisão em decorrência dos pressupostos emergentes.

Exploração do material – foi a transformação dos dados em conteúdos temáticos, codificando as entrevistas e, assim, determinando as temáticas discutidas na pesquisa, embasadas em conhecimentos obtidos, observações realizadas e na fundamentação teórica proposta. Os dados foram agrupados em dois núcleos temáticos, violência familiar e violência institucional.

Tratamento dos resultados, inferência e interpretação – utilizando-se dos resultados das fases anteriores, passa-se para à inferência e

interpretação a partir da fundamentação teórica e dos pressupostos norteadores da investigação.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estudou-se o grau de escolaridade dos educadores verificou-se que na categoria de professores, 73,0% têm 3º grau completo; 15,4%, incompleto, e, 11,9%, 2º grau. Essa realidade está de acordo com a recomendação da legislação nacional para a educação infantil.

Porém observa-se ainda uma diferença na formação dos profissionais. A proporção de educadores que possuem o terceiro grau completo pode ser considerada estatisticamente significante em relação aos demais. Já a de monitores com primeiro e segundo grau completo podem ser consideradas estatisticamente iguais entre si, o que apresenta-se em desacordo com a recomendação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, já apontado anteriormente ($p=0,095^{(13)}$).

Retomando a escolaridade dos monitores, apenas 25,0% completaram o segundo grau e, 12,9%, o segundo grau incompleto; 46,9% têm apenas o primeiro grau incompleto, ou estão em fase de conclusão e, 19,3%, concluíram esta etapa e não prosseguiram os estudos.

A questão da escolaridade dos educadores chama a atenção para forma a ser empregada na abordagem desta temática. Seria interessante estabelecer programas de capacitação, incluindo a violência na educação infantil e fazer a discussão em grupos com diferentes graus de escolaridade, buscando um bom aproveitamento, considerando-se não só a escolaridade do educador, mas também o nível de envolvimento com as crianças e seus familiares.

A fala dos educadores aponta para a necessidade da capacitação. Durante as entrevistas, observa-se que se sentem angustiados; a expressão facial de alguns entrevistados leva a perceber uma certa ansiedade para obter melhor qualidade no serviço e mais conhecimento sobre as questões que envolvem a educação infantil, o que encontra presente nas falas.

... deveria ter treinamento, curso, a gente não tem, mais.... Acho assim, eu já tenho experiência de criança, tenho muitos anos, a gente tem filhos, toda a vida gostei de olhar criança, mas é que a gente tem que ter para aprender mais (M1).

Dentro da diversidade de questões que envolvem a educação infantil, a discussão sobre a violência infantil deve ser levada para dentro da creche e da pré-escola por várias razões. Dentre elas, lembre-se que, quanto menor a criança, maior sua vulnerabilidade e o risco à violência doméstica, institucional, psicológica e sexual. Dessa forma os educadores devem permanecer com a atenção voltada para a questão, visando detectar e coibir casos que envolvam as crianças.

Para melhor entender a questão, buscou-se conhecer também a forma como acontece o contato entre pais e educadores. Com relação aos professores, verificou-se que 61,5% afirmam ter contato frequente com os pais ou responsáveis pela criança, predominando a forma de atendimento diário das mães, no momento da chegada da criança. Já entre os monitores, 83,8% têm este tipo de contato com os pais ou responsáveis.

Um dado obtido na observação é sobre o relacionamento entre pais e educadores. Nota-se que é mais frequente entre pais e monitores, sendo verificado que os professores fazem esse contato num segundo momento, geralmente, intermediado pelo monitor, o que vem confirmar os dados numéricos apresentados anteriormente.

Acredita-se que a diferença de escolaridade não deveria interferir no contato entre pais e educadores, pois a criança nesta fase tem uma grande dependência dos educadores e pais, assim todos devem conhecer sua história, seu modo de vida, e como é o ambiente familiar e escolar, mantendo um contato diário e de boa qualidade. Dessa maneira, pode-se entender melhor seu comportamento e ajudá-la de forma mais efetiva a superar as dificuldades que possam aparecer. Essa interação pode ser uma forma de

conhecer e obter meios para ajudar na resolução dos problemas, beneficiando a criança e podendo, em alguns casos, originar alternativas de proteção; o que vem ao encontro da abordagem do documento da Mostra Sociedade Viva – Violência e saúde, que tem como objetivo contribuir para que as condições políticas, sociais e culturais sejam favoráveis à disseminação da informação, no pressuposto ético de defesa da vida e do desenvolvimento humano, favorecendo sua sustentabilidade, por meio da cooperação e do intercâmbio de conhecimento e de experiências exitosas⁽¹⁴⁾.

Dentre as atividades previstas pela Mostra Sociedade Viva, encontram-se cursos para educadores infantis e também psicanálise com a criança de creche. Assim sendo, a criança de creches públicas, em geral, não estão isentas de serem vítimas da violência, uma vez que pertencem a camada social que está mais exposta ao risco da violência familiar. Incluir estudos sobre política de educação, família e sobre violência, junto aos educadores, corrobora com experiências em educação infantil, que desde 1997, são abordos nos cursos de capacitação, mostrando a relevância do assunto, e a importância da articulação entre creches e Conselho Tutelar, em busca de resoluções para o problema no município de Alfenas.

A violência física aparece com maior frequência, quando se analisam os dados da figura 1; as outras aparecem em menor quantidade, mas com a mesma importância.

Diferentes formas de violência também precisam ser colocadas em discussão por levar a criança a situações de risco à saúde, com a mesma seriedade, pois, mesmo que em menor número, podem também trazer malefícios que comprometem a qualidade da vida e, futuramente, ser multiplicador do problema em seu ambiente familiar.

A violência física está presente na literatura com maior destaque para o ambiente doméstico e também nas escolas a partir do ensino fundamental. Os maus-tratos na infância são banalizados em, nosso meio, devem ser investigados, sempre que for detectado sinal de violência. É necessário voltar o olhar para a prevenção, considerando sempre todos os casos, até mesmo os suspeitos⁽¹⁵⁾.

A violência física pode causar muitos danos para a criança, e os mais discutidos são os de maior visibilidade, como por exemplo, os danos físicos, como escoriações, hematomas locais, lacerações de períneo, além de traumatismos em outras regiões do corpo, em decorrência de abuso físico concomitante ao sexual⁽¹⁶⁾.

Com relação à negligência, esta encontra-se muito presente em crianças na faixa etária até seis anos de idade, e em classe social que vive em pobreza, ou miséria; neste caso, é preciso diferenciar a falta de condições para manter as necessidades da criança e a falta de cuidados dos pais para com os filhos. Na maioria das vezes, os educadores conseguem entender a negligência, de forma diferente da falta de poder aquisitivo, por conhecer a população no processo diário da convivência com as famílias.

A negligência não é de fácil identificação e torna-se mais complexa, quando as políticas voltadas para o atendimento da criança e do adolescente são ténues, ou seja, o Estado não lhes garante condições mínimas para o crescimento e desenvolvimento saudáveis⁽¹⁷⁾.

Sabe-se que a violência existe e precisa ser trabalhada. Os dados do Quadro 1 mostram que, para 58,1% dos monitores, e, 61,5% dos professores, existe violência doméstica contra a criança que freqüenta as creches e pré-escolas. Essa violência é considerada como a parte do problema mais amplo no caso de violência contra mulheres e crianças. No caso das crianças, vários fatores somam-se à violência na infância. Sua vulnerabilidade devido a sua condição física, impossibilidade de ter acesso à justiça e seus laços com o agressor, entre outros. Essa vulnerabilidade está implícita na cultura da violência, no âmbito da familiar, o que impede que o fato seja percebido ou denunciado, favorecendo a manutenção da impunidade. Nesse caso, abrange certamente aspectos morais e de proteção aos direitos humanos, uma vez que comprometem o crescimento e o desenvolvimento das crianças, podendo dar origem a uma matriz reprodutora que insere futuros agressores no círculo da violência^(18,19).

Existem algumas soluções possíveis na avaliação da saúde familiar, por intermédio de um diagnóstico multidisciplinar que permita uma intervenção no sentido de identificar e reduzir as causas da violência no sistema familiar e social e permita a ruptura deste ciclo⁽²⁰⁾.

O estabelecimento de uma política para a violência em crianças de até 6 anos de idade poderá fazer com que os educadores definam uma forma para interferir no problema, pois é sabido que a comunidade tem um papel importante na identificação e prevenção da violência contra a criança, conforme previsto no ECA.

Existe a obrigatoriedade de comunicação ao Conselho Tutelar nos casos de maus-tratos suspeitos ou confirmados. É sabido que uma das grandes desafios está no fato de se ocultar a violência, no meio familiar. Embora a privacidade seja um direito na democracia, o não envolvimento, quando existe violência deixa de ser um respeito à privacidade do outro e passa a ser um gesto de omissão e cumplicidade. O que deve prevalecer é o direito à vida; as instituições e a comunidade precisam romper com este silêncio que protege tais agressores. A omissão é crime, e sobretudo, apóia e legitima os abusos do adulto⁽²¹⁾.

Neste sentido, a infância nem sempre foi vista como uma fase específica e própria da vida, e nem a criança sempre foi considerada um sujeito de direitos. Até recentemente, no limiar do século XX, foi definida, inclusive juridicamente, como fase da incapacidade, da tutela, da menoridade, com obrigações de obediência e submissão.

As formas de olharmos para as criança e adolescente e suas famílias podem ter um paralelo com as formas como se arquitem as políticas sociais, que no Brasil, subsistem à tendência ao paternalismo estatal e proteção "que os trabalhadores sociais, em primeiro lugar, devem ter claro

que o seu trabalho deve ser encaminhado para o exercício da cidadania e da democracia, ao atuar na questão social da criança e da adolescente e nos valores culturais hegemônicos em nossa sociedade. Essa 'luta' não é uma política setorial, mas de todos os sujeitos que compõem as políticas sociais"⁽²²⁾.

Outro ponto interessante que se evidencia nas falas são as dificuldades existentes nas relações das mães com os membros das instituições de educação infantil, tendo sempre uma conotação conflituosa e de competitividade, entre educadores e família, o que gera dificuldades para lidar com os problemas relacionados com o cuidado das crianças. Nesse sentido surgem, além dos conflitos, os comportamentos negligentes, conforme destaca-se abaixo:

"Cadê seu filho? Ela fala que está solto por aí. Aí eu falo, vai atrás, vai ver o que está acontecendo, ela fala: não eu tenho que cuidar da vida, ... é prostituta". (P3).

(...) agora o R. saiu, mas a mãe dele,.... Às vezes ele fugia, ia parar na rua e a gente tinha que ir atrás dele. Procurava alimentação aqui na creche. E a mãe nunca veio, nunca procurou saber como ele estava, a mãe é usuária de droga, sabe? Ela não preocupa com ele, às vezes a gente sai e vê ele pedindo carona, a gente não sabe como vai ser. Tem seis anos, ... (M1).

"Os pais, eles que são os responsáveis pelas crianças, eu percebo que os pais lavam as mãos quando deixam as crianças aqui, sabe? Parece um depósito, não querem saber de reclamação," (P1).

No momento da chegada e da saída da creche e da pré-escola, se observam vários tipos de comportamentos entre crianças e pais ou responsáveis, desde a presença da afetividade até atitudes de indiferença. O que chama a reflexão é ausência de carinho, de atenção e de carícia para com a criança.

Comportamentos negligentes para com a criança podem ser facilitadores de contatos precoces com ambientes de risco e, dessa forma, tornar a criança mais vulnerável às diversas formas de violência, além de colocar em risco sua saúde física e mental. É sabido que a posição da família no cuidado da criança quase que determina suas possibilidades futuras. Nesse sentido, retoma-se a questão da importância das políticas públicas e da responsabilidade do estado frente aos problemas da população infantil.

As famílias, quando saudáveis, têm condições de oferecer à criança um aporte afetivo e social, mesmo que contando com apoio, para favorecer seu ajustamento. Em fase de desestruturação ou de constante crise, não conseguem estabelecer, nem seguir parâmetros comportamentais, ou manter a responsabilidade para com o grupo familiar, em especial, com a criança. Quando a questão soma-se a comportamentos promíscuos, a situação tende a se agravar. Sabe-se que a família estruturada e harmônica é um instrumento para o crescimento e desenvolvimento saudável da criança.

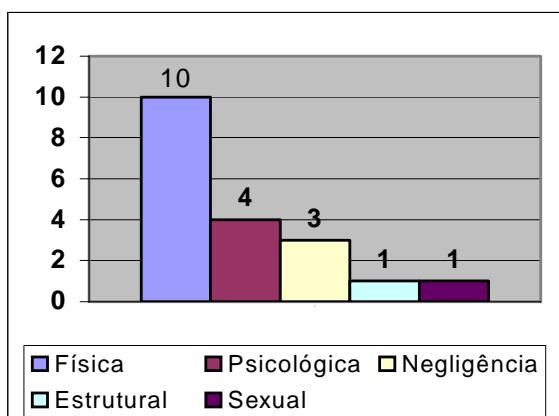


Figura 1. Tipo de violência sofrida por crianças segundo educadores infantis nas creches e pré-escolas do município de Alfenas, MG, 2000 a 2003.

ASPECTOS RELACIONADOS À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	RESPOSTAS	Professores		Monitores	
		n	%	n	%
Conhecimento de casos na creche	Sim	16	61,5	18	58,1
	Não	10	38,5	13	41,9
Tipo de violência	Negligência	10	62,5	14	77,2
	Física	4	25,0	4	22,8
	Psicologia	2	12,5	-	-
Agressor	Mãe	12	75,0	10	66,6
	Pai	3	18,7	5	33,4
	Padrasto	2	12,5	-	-
	Não sabe	3	18,7	-	-
Comparecimento do agressor quando solicitado	Sim	7	70,0	13	86,6
	Não	2	20,0	2	13,4
	Às vezes	1	10,0	-	-

Quadro 1. Violência em creches e pré-escolas segundo professores e monitores de creches e pré-escolas do município de Alfenas, MG.

Nas entrevistas, questões relacionadas à afetividade, disciplina e organização familiar são apontadas como elementos que contribuem para a violência doméstica.

É interessante verificar que o fenômeno da violência apresenta-se de diferentes formas e gera outras formas de violência. Os educadores relatam também a presença da reprodução da violência física, por meio de comportamentos agressivos, no dia a dia da criança na creche e na pré-escola. Portanto, parece que a violência familiar é que determina comportamentos violentos nas instituições de educação infantil. Esse fato necessita ser trabalhado por educadores, dentro da proposta pedagógica institucional, na busca de articulação com os pais ou responsáveis, para construir alternativas na busca de solucionar os problemas no setor.

"... tem uma cicatriz na cabeça, porque o pai foi dar uma porretada na mãe e pegou na criança, na época ele era menor, hoje tem 4 anos. Depois disto o pai foi preso, já mataram; e a criança é muito violenta, não obedece ninguém, grita. Com a gente ele é muito violento, bate, chuta, você não acredita." (M2)

"(...) Igual ontem veio uma menina da minha turma a V., a hora que eu fui tirar a roupa dela, tinha uma marca, como fosse unhada. Acho que a mãe deu um beliscão, tava a marca. Ela já chegou falando que a menina estava revoltada, chorando, fazendo birra" (M1).

São considerados fatores de risco para a violência doméstica o comportamento da criança, que modifica-se de acordo com o processo evolutivo do crescimento e desenvolvimento infantil; problemas emocionais e de conduta das crianças; crianças com necessidades especiais; pode-se incluir também o nível de escolaridade dos pais, o alcoolismo, as condições de saúde mental dos pais e pais que sofreram violência na infância⁽²³⁾.

Esses dias uma criança chegou aqui e disse: tia, minha mãe vai largar do meu pai porque ele vive caindo tonto pela rua (P2).

Na questão da criança agressiva, muitas vezes este comportamento pode ser considerado normal, pelos familiares, e pode ser a reprodução de um modelo familiar, de agressividade, que deve ser levado a sério. A violência exige intervenções múltiplas envolvendo medidas protetoras que devem garantir assistência psicológica, social, médica e educacional. Se o modelo de violência for transmitido e perpetuado, provavelmente será reproduzido nas relações familiares e inter-pessoais, na rua, nas escolas e no trabalho⁽²⁴⁾.

Preocupa a forma como os educadores tratam esse problema, demonstrando que ainda não existem ações sistematizadas para a violência infantil. Urge a organização de grupos de estudo para que sejam criadas formas para se trabalhar a violência, pois estando com a atenção voltada para estes casos, pode-se evitar e minimizar o problema. Assim, a aproximação dos educadores com a família possibilita a melhora da qualidade da assistência à criança na creche e na pré-escola e é um modo importante de lidar com a violência, pois, *a priori*, não se pode separar a criança da relação familiar, e esta articulação dá maior visibilidade aos possíveis problemas vivenciados pelo grupo familiar.

(...) chegam aqui, brigam muito, são mais agressivo, são muito carentes,

choram por qualquer coisa, são mais revoltados, não aceitam regras não têm limites, é muito complicado (P2).

Batem, mordem, agredem a gente. No ano passado eu tinha um aluno que o pai era preso. No dia dos pais ele disse: eu não vou fazer isso, meu pai está preso, ele é ladrão. Ele era uma criança muito difícil (P2).

No aprendizado da criança, a imitação é um comportamento constante, e, através deste, amplia seu conhecimento do mundo que a cerca. Os educadores destacam a reprodução da violência familiar no ambiente da creche e pré-escola, sendo um complicador para o trabalho dos educadores. Nesse sentido, volta-se a preocupação para com a fragilidade da estrutura das famílias, e, assim sendo, fortalece a importância da permanência da articulação entre a instituição e a família, para melhorar a qualidade da assistência nas instituições. Essa reprodução de comportamento é destacada pelas falas que seguem:

"(...), mas ouvem, sentem cheiro, é droga, polícia, tiro. As crianças brincam de matar um ao outro, qualquer pauzinho é revolver, reproduzem o que ouve e vêem, é horrível, eles gostam. Então se o problema não está na família, está no bairro, no meio em que eles vivem, essa demanda aqui, esses bairros aqui de perto, a violência e o tráfico de droga, tomaram conta" (P3).

"Os casos que eu conheço, é mãe que não tem marido fixo, gostam de vexame na rua, então a criança vai vendo tudo aquilo e vai absorvendo e acha normal e vai fazendo. É uma explicação até horrível" (P3).

A discussão sobre os problemas das comunidades pode também acontecer de forma descentralizada, com interferência de grupos organizados da comunidade, que muitas vezes estão articulados com as instituições de educação infantil, que têm origens diversas, algumas vezes na filantropia e, outras, no setor público dos municípios. Essa proximidade possibilita o acompanhamento e melhor conhecimento da realidade local, não excluindo a importância das políticas públicas instituídas no país. A interferência da sociedade e a efetiva implantação das políticas traçadas, certamente poderão minimizar o problema, com acompanhamento, notificações, denúncias, punição e alternativas saudáveis para o atendimento da criança que vive em ambiente de violência.

As falas apresentadas mostram problemas sociais que geram alterações nas famílias que, às vezes, negligenciam com suas crianças, apresentam comportamentos que representam a falta de cuidados. Os resultados dessa situação são múltiplos, como, por exemplo, o retardamento do crescimento devido à nutrição deficiente ou à carência afetiva⁽²⁵⁾. Quanto menor a idade da criança que sofre negligência por parte da família, maior o risco de sequelas graves, podendo chegar até mesmo ao óbito.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São inegáveis os riscos à violência a que estão expostas as crianças na faixa etária de até seis anos de idade. A presente pesquisa mostra a criança num cenário que suscita a interferência de políticas públicas em diversos setores da sociedade, com vistas à proteção e à garantia da boa qualidade de vida, seja na família ou nas instituições de assistência.

REFERÊNCIAS

1. Minayo MCS. Violência e saúde como campo interdisciplinar e ação coletiva: história, ciência e saúde. Rio de Janeiro (RJ): Abrasco; 1998.
2. Neto OC, Moreira MRA. Concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. Ciência & Saúde Coletiva 1999; 4(1):123-45.
3. Gomes R, Deslades SF, Veiga MM, Bhering C, Santos JFC. Por que as crianças são maltratadas? Explicações para a prática de maus-tratos na infância na literatura. Cad Saúde Pública 2002; 18(3): 707-14.
4. Ministério da Saúde (BR). Cadernos de atenção básica. Violência intrafamiliar – orientações para a prática em serviço. Brasília

- (DF): Ministério da Saúde; 2002.
5. Arcos EG, Uarac M, Molina I. Impacto de la violencia doméstica em la saud infantil. *Rev Med Chile* 2003; 131(12):325-38.
 6. Biasi LS, Penna CMM. Violência e maus-tratos na infância: o olhar das crianças. *REME* 2004; 8(4): 429-35.
 7. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo (SP): Hucitec; 2000.
 8. Blumer H. *Symbolic interactionism*. New York (NY). Prentice Hall; 1969.
 9. Trinviños ANS. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo (SP): Atlas; 1985.
 10. Ministério da Saúde (BR). Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 1996.
 11. Bardin L. *Análise de conteúdo*. Lisboa (POR): Edições 70, 1977.
 12. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo (SP): Hucitec; 1996.
 13. Brasil. Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Brasília (DF): Imprensa Oficial;1996.
 14. Ministério da Saúde (BR). *Mostra sociedade viva. Violência e saúde*. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2004.
 15. Lopes MVG, Tavares PJ. Maus-tratos: 57 observações em enfermaria. *Pediatria Moderna* 2000; 36(10): 624-42.
 16. Sediak AJ, Broadhurst DD. Executive summary of the third national incidence study of child abuse and neglect. *Administration for children and families*. Washington (DC): Department of Health and Human Services; 1996.
 17. Kashani JH, Daniel AE, Dandoy AC. *Family violence: impact on children*. *J Am Acad Child Adolesc Psych* 1992; 31:181-9.
 18. Ortega MAF. La experiencia de un programa de atención a la violencia en una unidad de primer nivel para población abierta. *Rev Fac Med UNAM* 2001; 44(2):724-35.
 19. Ribeiro MA, Ferriani MGC, Reis JN. *Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares*. *Cad Saúde Pública* 2004; 20:124-32.
 20. Peña A, Sara L. *Una tipificación de las causas del maltrato infantil en Colombia*. *Inst Educ Enferm* 1977; 15(1):81-92.
 21. Brasil. Lei federal nº 8.069/90, de 13 de junho de 1990. Estatuto da criança e do adolescente. Brasília (DF): Imprensa Oficial; 1990.
 22. Vendruscolo TS. *Políticas e prioridades políticas: a experiência de Ribeirão Preto no atendimento à criança e ao adolescente, vítimas de violência doméstica (doutorado)*. Ribeirão Preto (SP): Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo; 2004.
 23. Vizcarra MB, Cortés JM, Bustos LM, Alarcón ME, Muñoz SN. *Maltrato infantil en la ciudad de Temuco. Estudio de prevalencia y factores asociados*. *Rev Med Chile* 2001; 129(12): 156-61.
 24. Cardoso ACA, Coelho HMM, Harada MJCS, Hirschheimer MR, Gikas RMC, Walksman RD, et al. *Recomendações para o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência física (maus-tratos)*. *Pediatria Moderna* 2003;39(9): 63-72.
 25. Barudy J. *La courleur invisible de l'enfant: aproche éco-systémique de maltraitance*. Ramonville (FRA): Saint-Abne; Éres; 1997.